GENÊRO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: A luta de mulheres extrativistas do coco babaçu no MIQCB**.**

Eliane Sá amorim Berredo[1]

RESUMO
Esta pesquisa toma como objeto de investigação sobre gênero, territorialidade e políticas públicas, a partir da trajetória de luta por direitos, políticas públicas e sobrevivência das mulheres quebradeiras de coco babaçu no interior do Movimento Interestadual das quebradeiras de coco babaçu-MIQCB, nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, tomando como base o cenário político atual que vem severamente destituindo direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Destaca-se a importância o MIQCB tem na que a organização política dessas mulheres, os atores sociais envolvidos nessa luta e os principais desafios enfrentados na contemporaneidade.

Palavras-chave: 1.Quebradeiras de coco babaçu; 2.MIQCB; 3.Políticas Públicas.

.

ABSTRACT
This research takes as an object of investigation on gender, territoriality and public policies, from the trajectory of struggle for rights, public policies and survival of women babassu coconut breakers within the Interstate Movement of babassu coconut breakers-MIQCB, in the states of Maranhão, Pará, Piauí and Tocantins, based on the current political scenario that has been severely depriving rights historically conquered by the working class. The importance of the MIQCB is highlighted in the political organization of these women, the social actors involved in this struggle and the main challenges faced in contemporary times.

Keywords: 1.Babassu coconut breakers; 2.MIQCB 2; 3.Public policy.

[1] Doutorando do Programa de Pós-graduação em Política social da Universidade de Brasília-UNB; Mestre em Políticas Públicas-UFMA; e-mail: elianesamorim@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A construção dessa pesquisa concentra-se na atuação do MIQCB e suas particularidades no Maranhão, debruçando-me em investigar o papel que o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu– MIQCB vem desempenhando no Maranhão com foco no discurso de inclusão de mulheres extrativistas, na luta pela emancipação política e econômica das mesmas. Dessa forma, procurei conhecer o cenário sócio-político e econômico em que o movimento se expressa, a dinâmica organizativa e funcionamento dos programas e projetos para as quebradeiras de coco a partir de sua inserção no MIQCB, no tocante participação política e igualdade de gênero, analisando o papel que o movimento desempenha na implementação de projetos de desenvolvimento para as quebradeiras de coco babaçu, a visão de mundo e projetos que defendem.

Concentra-se, portanto, na abordagem da realidade na qual as mulheres quebradeiras de coco babaçu se encontram no quadro de participação política e desenvolvimento econômico no cenário brasileiro. Neste sentido, interrogamo-nos como se dá a inserção das mulheres no MIQCB? Como isso reflete na participação política e na evolução da renda das mulheres quebradeiras, a fim de diminuir as disparidades econômicas, sociais e educacionais entre mulheres de diferentes espaços e etnias raciais? Interrogamos ainda, o papel do Estado nesse processo, pois entendemos que a ausência de políticas públicas deve ser entendida como um dos fatores determinantes da exclusão em que se encontram determinados grupos que compõem o tecido social brasileiro, a exemplo das mulheres trabalhadoras.

O reconhecimento da atividade diária das mulheres que praticam o extrativismo do coco babaçu, a luta pelo acesso e a preservação das palmeiras, e o processo de enfrentamento, de tensões e conflitos específicos pelo acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu (que haviam sido cercadas e apropriadas injustamente por fazendeiros, pecuaristas e empresas agropecuárias) impulsionou a organização de coletivo de mulheres nos povoados no início da década de 1990 momento que se

consolida a identidade das *quebradeiras de coco babaçu*[2], em 1995, nasce o MIQCB, institucionalmente reconhecido em 2002, como um movimento social contemporâneo.

As mulheres quebradeiras de coco do Maranhão estão articuladas por meio de movimentos locais, interestaduais e até internacionais. Adotam historicamente formas específicas de organização coletiva, apontando para sinais de materialismo em seus discursos, que, acreditamos, requerem um debruçar mais apurado para o entendimento de suas complexidades.

Esta pesquisa se fundamenta na perspectiva de gênero que para Scott (1995) é um elemento das relações sociais baseadas nas diferenças entre o masculino e o feminino e constitui-se numa categoria analítica que amplia a visão da realidade, permitindo espaços para diferenças entre homens e mulheres. A autora afirma que gênero é uma construção social, histórica e cultural diretamente relacionada com relações de poder que estabelecem disparidades hierárquicas entre os sexos. Portanto Gênero se relaciona à construção social do sexo.

O objetivo da pesquisa é investigar o papel que o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu– MIQCB vem desempenhando na busca por políticas públicas, emancipação política e econômica para as mulheres extrativistas, ampliando a discursão sobre gênero no processo de luta e resistências das mulheres, analisar sobre a relações de gênero e emancipação das quebradeiras de coco a partir de sua inserção no MIQCB, compreender como se constrói a identidade de classe a partir da territorialidade no processo de luta e resistências das mulheres quebradeiras de coco babaçu e avaliar o papel que o movimento desempenha na busca por de políticas públicas voltadas para este segmento.

A análise do objeto aqui pesquisado tem como base teórica o materialismo histórico dialético, na qual as contradições se transcendem, dando origem a novas contradições, uma vez que este método considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político e econômico. (TRIVIÑOS,1992).

Consideramos que esse método é relevante para análise do objeto de estudo deste trabalho apontando para as considerações de Alexandra Kollontai (1982) que

[2] Inicialmente denominado como Articulação de mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (AMQCB), onde mulheres organizam o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís e

considera que uma estrutura de reprodução ideológica da sociedade de classe, é um dos exemplos que podemos destacar dessa difícil incorporação das demandas de liberdade e autonomia das mulheres.

Concordamos com Gurgel (2010) quando afirma que no movimento feminista a luta deve responder a elementos de mudanças internas, com a construção de espaços amplos de articulação e lutas políticas que consigam mobilizar cada uma das mulheres mediante o reconhecimento de sua particularidade de ser e ao mesmo tempo, a partir do reconhecimento das múltiplas determinações que compõem suas experiências de mulher. Essas determinações, assinaladas nos manuscritos econômicos e filosóficos de Marx e Engels, devem ser situadas como nexos internos da condição de opressão/dominação das mulheres, constituindo-se como forças mobilizadoras da revolução.

Para tanto, avaliamos, então, que esta proposta metodológica é necessária para o desenvolvimento do estudo, tendo em vista a análise da capacidade de auto-organização das mulheres nas organizações e na luta anticapitalista, como forma de se constituir um campo político no qual a igualdade entre os sexos e a ruptura com as estruturas de opressão dominação do capitalismo, caminhem com a mesma intensidade e força política no interior do projeto libertário (BARBOSA, 2013).

O estudo compõe pesquisa teórica e empírica, visto que se trata de uma investigação para apreensão de resultados, levantamento bibliográfico e exame preliminar da produção textual sobre movimento social de gênero; apreensão de forma geral as políticas de públicas voltadas para as quebradeiras e; realização de entrevista com grupo de mulheres em espaços integrados de discussões e vivencias do MIQCB.

Considero que a pesquisa não esgotou toda a potencialidade que este movimento nos permite para discutirmos gênero, movimentos sociais e participação social nas instituições do Estado e, por isso, consideramos extrema relevância continuar a pesquisa no Doutorado, com a perspectiva de compreendermos a atuação do movimento nos quatro estados brasileiros, onde há presença de palmeiras de coco babaçu e respectivamente mulheres quebradeiras. A abordagem de tal problemática se faz indispensável na luta pela equidade de gênero e pela desconstrução da

dicotomia público/privado que relega a mulher ao espaço do lar e dificulta sua atuação enquanto sujeito no mundo político além de fomentar a discussão sobre políticas públicas de acesso ao trabalho e de incorporação da perspectiva de gênero.

2. A LUTA POR TERRA E TERRITORIALIDADE

De acordo com o Censo do IBGE (2016), o Maranhão é o Estado mais rural do Brasil, aproximadamente 2,4 milhões de maranhenses vivem na zona rural. Seguindo os dados do IBGE, o Maranhão segue, desde 1960, registrando o maior percentual de habitantes vivendo na zona rural em todo país. Normalmente, essas pessoas vivem da agricultura de subsistência e do extrativismo vegetal, do babaçu. Esse percentual da população rural pode ser ainda maior quando é considerada zonas urbana territórios localizados a beira de estradas, povoados próximo a cidade cujas características são profundamente rurais, fato que pode demarcar consideravelmente o aumento desse percentual (Barbosa, 2013). Considero que essa característica socioespacial do estado maranhense é fundamental para as análises que pretendemos realizar neste estudo sobre transformações que demarcam o universo das quebradeiras de coco babaçu.

Segundo pesquisa da Revista Pindova[3] (2009) o Maranhão concentra aproximadamente 60% dos babaçuais do país, com cerca de 10,3 milhões de hectares, cerca de 18 milhões de hectares. A atividade das quebradeiras de coco babaçu, além de reproduzir um conhecimento tradicional é fonte de renda para aproximadamente 400 mil famílias no Estado, chegando ao percentual de 70% das mulheres economicamente ativas na área rural maranhense.

De acordo com relato das extrativistas, é considerada como um tipo de atividade econômica não assalariada e se configura como uma extensão das atividades domésticas, fato que dificulta a efetivação da identidade de quebradeiras de coco. Há ainda um considerável percentual de mulheres que identificam a atividade de quebra do coco como trabalho, porém se intitulam como trabalhadoras rurais.

[3] PINDOVA é um informativo bimestral que é publicado pelo MIQCB com informações sobre as atividades; encontros e projetos desenvolvidos pelo movimento. Os informativos foram publicados entre o ano de 2005 e 2009, com um total de 11 edições.

O MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), objeto de estudo desta pesquisa, é um movimento organizado por quebradeiras de coco babaçu, extrativistas, trabalhadoras rurais, que integra quatro estados brasileiros onde há ocorrência de palmeiras de babaçu: Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí e cujo objetivo está em conquistar melhores condições de vida e de trabalho e garantir seus direitos enquanto cidadãs.

A proibição da queima do babaçu inteiro e o livre acesso aos babaçuais foram duas das principais conquistas das mulheres organizadas nesse movimento (Pindova, 2009, p. 03).

A atividade extrativista do babaçu ocorre em situações sociais distintas, assim identificadas internamente pelo MIQCB:

> Existem as Quebradeiras de coco “sem terra”e aquelas com acesso à terra garantida. Sem terras são aquelas que não possuem acesso direto aos recursos naturais, podendo residir nas chamadas “pontas de rua” das cidades ou povoados ou mesmo nas “beiras de estradas” entre a faixa das rodovias e a cerca das fazendas. As quebradeiras com acesso à terra garantido, são aquelas que se encontram em áreas de babaçu cobertas de palmeiras, ou com maior ou menor intensidade, em áreas desapropriadas pelo INCRA, adquiridas pelos órgãos fundiários estaduais ou por conta do próprio trabalhador. Tratam-se, ainda, de posses consolidadas há anos, terras de herança partilhadas ou não, arrendadas ou pagando foros (MIQCB, 2014, p.02).

As quebradeiras de coco “sem terras”, foram as que se mobilizaram para a frente de luta contra os latifundiários e foram agregando as “com terras”. A concentração fundiária originou muitos conflitos, no Maranhão. As trabalhadoras extrativistas do babaçu e suas famílias se sujeitavam aos donos dos barracões, que as obrigavam a quebrar os cocos na própria fazenda e a vendê-los aos seus proprietários, os quais adulteravam os pesos e medidas a seu favor. Essa condição gerou descontentamento entre as quebradeiras o que originou a luta contra a adulteração dos pesos e das medidas na venda da amêndoa do babaçu. As extrativistas se negavam a vender os cocos aos donos dos barracões, que não pagavam preço justo. Essa situação acendeu intensa disputa entre os proprietários e as quebradeiras, estas acusadas de furto de babaçu. Desse embate a justiça concedeu-lhes o direito de vender o coco a quem lhes favorecesse, consoante disposição contidas na Lei nº 4.504/64(Estatuto da Terra).

Deste modo fazendeiros passaram a proibir o acesso livre das mulheres para colher os frutos da palmeira em suas fazendas, criando cercas elétricas, demandando ordem aos seus empregados para atirar contra as quebradeiras que ousassem avançar os limitem demarcados pelas cercas. Além disso, houve grande devastação das matas onde predominava a palmeira de babaçu para dá lugar aos pastos para búfalos e o avanço da agropecuária.

Nesse contexto, de cerceamento das terras e dos babaçuais, as terras na região do Médio Mearim, lugar de origem dos conflitos, a maioria dos babaçuais estava em terras de domínio privado, cujo processo se acentuou com a edição da Lei Nº 2.979/69 (Lei de Terras do Sarney). Essa lei leiloou as terras públicas do Estado e as entregavam a amigos e sócios da família Sarney, ao mesmo tempo, moderniza a infraestrutura. Essa disparidade, na divisão de terras, é a gênese de grandes conflitos que causou a morte de muitas mulheres extrativistas que na busca pelo coco, em terras ditas “privadas”, elas foram assassinadas por jagunços e eletrocutadas por cercas elétricas colocadas nos limites da fazenda.

3. A TRAJETÓRIA DE ORGANIZAÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

No final da década de 1980 e início de 1990, as quebradeiras de coco dos quatro Estados: Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará, começaram a se reunirem para discutirem os problemas e as propostas de melhoria no trabalho. Em 1991, a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, antiga identidade do movimento até 1995, organiza o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís.

A organização dessas mulheres provoca a ampliação da articulação política, fazendo com que conquistem espaços em outras organizações de âmbito nacional e assim construindo uma nova forma de se relacionar, sobretudo, valorizando as relações que transcendem ao quadro natural das áreas de ocorrência de babaçu e ampliando os laços de solidariedade.

> *No primeiro encontro, eu lembro, a gente chorava horrores, porque a gente nunca tinha tido um espaço prá se encontrar, tantas mulheres fazendo a mesma atividade, tinha gente que era a primeira vez que tinha vindo na capital do estado, outras choravam porque não sabiam se o marido ia querer ela de volta, e ela mesmo assim disse que vinha porque precisava conhecer esse*

> *espaço, então, todas nós enfrentamos um desafio muito grande prá participar daquele primeiro momento. (entrevistada 01, 2016).*
> *O choro quando nos encontramos era também porque descobrimos que o sofrimento que a mulher lá da baixada maranhense passava era o mesmo que lá no médio Mearim nós vivia, a luta era a mesma, ela só mudava de lugar, mas o sofrimento era o mesmo (Entrevistada 03, 2016)*

De acordo com o MIQCB, cerca de 300 mil mulheres agricultoras dos estados do Norte e Nordeste são quebradeiras de coco de babaçu e depende dessa atividade para complementar a renda familiar. As ameaças ainda são muitas, desde a interdição ao acesso às palmeiras, a queima, o envenenamento das palmeiras e seus frutos, até a concorrência com indústrias de produtos oleaginosos. Cada região onde ocorrem os babaçuais sofre com um tipo de devastação diferente. O avanço da pecuária bovina e bubalina tem como efeitos imediatos a derrubada das palmeiras para dar lugar ao pasto. Estas trabalhadoras ainda sofrem diversas formas de exploração e constrangimentos. Embora a luta seja constante, a cobrança por metade dos cocos coletados e a compra das amêndoas por atravessadores que revende para as indústrias de sabão e óleo, além de ameaças de morte ainda são vivenciados por quebradeiras nos dias atuais.

Num segundo momento, as quebradeiras de coco babaçu se mobilizaram em busca do processamento e comercialização do coco babaçu, agregando valor as amêndoas, processando óleo, fabricando sabonetes e vendendo carvão, organizando cantinas comunitárias e feiras ecológicas, com o objetivo de contrapor os preços pagos pelos atravessadores e comerciantes, colocando seus produtos no mercado e relacionando-se, diretamente com as indústrias de óleos, sem intermediários, nem mesmo os maridos, que agiam como uma espécie de atravessador do seu trabalho. Como podemos conferir no depoimento abaixo:

> *A gente lembra que nos anos 90, que a gente passava o dia inteirinho quebrando o coco e quando chegava no final do dia nós não tinha o direito de ir no comércio vender nosso coco, quem ia vender era o marido, e lá,muitas vezes, quando ele era bebedor de cachaça bebia todo o dinheiro daquele babaçu, e hoje a gente se empoderou desse direito: sou eu que quebrou meu coco, sou eu que tenho que vender, sou eu que tenho que pegar esse dinheiro. (Entrevistada 03).*

O objetivo principal do Movimento é que as demandas dessas mulheres sejam discutidas, legitimadas pelo poder público e incorporadas nas agendas governamentais. Nesse sentido, em 1993, acontece o II encontro interestadual das

quebradeiras de Coco Babaçu, em Teresina, privilegiando as discussões em torno das experiências econômicas desenvolvidas pelos diferentes grupos de quebradeiras de coco babaçu. Já em 1995, o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) se institucionaliza, o qual está, segundo as militantes, possibilitando até hoje sua organização. O movimento, agora institucionalizado foi sendo construído e trazendo consigo um novo olhar para as quebradeiras.

4. ARTICULAÇÃO FEMININA, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Analisando a trajetória de luta das mulheres quebradeiras, compreendemos que a opressão se dá tanto no campo doméstico, quanto no campo de trabalho:

> *Antes a gente não aparecia, quando chegavam as pessoas a gente tinha vergonha e medo de dizer: "eu trabalho". Perguntavam: você trabalha? Não eu não trabalho, não tinham isso como trabalho, este trabalho da gente. Eles estavam lá na roça, nossos maridos, e nós estávamos quebrando coco, enchendo água, limpando a casa, cuidando de menino, fazendo a comida, lavando a roupa e ainda ia prá roça com ele, mas a gente não dizia que trabalhava... Eu cuido da casa, eu não trabalho não, quem trabalha é meu marido. E o marido sempre por perto prá ver se dizíamos que trabalhávamos. Então, esse movimento prá nós foi um empoderamento, uma forma da gente conhecer nossos direitos. (Entrevistada 02)*

As mulheres estão inseridas na categoria social mais vulnerável de todas. Ao longo do tempo foi tarefa da mulher aprender a atividade de cuidar da casa e da prole, embora o cultivo e a criação de animais fossem também parte do seu trabalho. O fator preponderante que favoreceu a subordinação da mulher ao homem foi sua função de reprodutora da espécie. Esta condição foi formando um acervo de mitos preconceituosos a respeito da mulher, como frágil e incapaz. Por outro lado, o homem, foi sendo associado à ideia de autoridade devido a sua "força e poder" de comandar. Deste modo, as sociedades patriarcais surgiram organizadas no domínio do homem como gerenciador da família.

Simone de Beauvoir (1967) recusa a perspectiva biológica que determina a condição das mulheres na sociedade. Para a autora,

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967, p. 9)

Beauvoir expressa que 'a libertação das mulheres começa no ventre'. Este período conhecido pela fabricação de pílulas anticoncepcionais, se expressa na

tentativa de separar sexualidade e procriação (MICHEL, 1982). Essa conjuntura é inerente ao sistema patriarcal que é antecedente ao sistema capitalista, pois sempre esteve presente em todas as épocas da formação social e econômica e com o advento do capitalismo vem intensificar as contradições já existentes em qualquer sociedade. Baseava-se na produção "invisível" das mulheres, aquela na qual é determinada pelas tarefas domésticas, do lar, ditas como exclusivos das mulheres. Produção essa inferior, subalterna, sem valor para o capitalismo, porém necessário na produção de bens, já que produção e reprodução são faces de uma mesma moeda. Desse modo, a emancipação feminina só se realizaria se a opressão e a submissão sofrida no âmbito do lar chegassem ao fim. Portanto, a luta feminista deve ser assim compreendida:

> As mulheres conscientes de que a primeira exploração sofrida se encontra nessa produção doméstica, causa dominante de sua situação de inferioridade nos outros domínios da cultura e da política. (MICHEL, 1982, p.87).

A ação do Movimento está voltada para a mobilização de representantes de governos federal, estaduais e municipais para debater alternativas de desenvolvimento para as regiões de babaçuais, buscando garantir o controle das áreas e da produção, agregando valor aos produtos e visando a competição no mercado para as mulheres. Atualmente, o movimento empenha forças para mobilizar representantes de governos federal, estaduais e municipais para debater alternativas de desenvolvimento para as regiões de babaçuais, buscando garantir o controle das áreas e da produção, agregando valor aos produtos e visando a competição no mercado.

A organização tem sua sede principal localizada no município de São Luís, no Estado do Maranhão, contando com três unidades regionais: Baixada Maranhense (no município de Viana), outra na região Médio Mearim (em Pedreiras) e outra em Imperatriz. No Tocantins, o MIQCB tem uma regional no Bico do Papagaio, no Pará, a regional fica localizada na região Sudeste do estado, na cidade de São Domingos do Araguaia. E, no Piauí a regional está localizada na cidade Esperantina. A sede do escritório central que está localizada em São Luís possui, dentre todas, a maior estrutura de recursos materiais e humanos que proporcionam a execução dos projetos do movimento. Os demais escritórios possuem em seu quadro de funcionários uma

coordenação executiva (essencialmente uma quebradeira de coco babaçu) e uma assessora técnica que trabalham na execução e manutenção dos projetos nas regionais.

Além da manutenção do trabalho das mulheres quebradeiras de coco, por meio do livre acesso às terras onde estão plantadas as palmeiras de babaçu, o movimento tem como prioridade as unidades produtivas. São unidades de beneficiamento dos produtos derivados do babaçu, financiado pelo Fundo babaçu, organiza as mulheres em forma de trabalho cooperativo. Em pequenas fábricas, o babaçu é transformado em óleo, farinha de mesocarpo e sabonete que são exportados para Europa e Estados Unidos.

> As estratégias usadas pelo movimento para o acesso aos mercados por meio do trabalho nas Unidades Produtivas são: melhorar a qualidade dos produtos; agregar valor ao produto (coco); ter acesso ao mercado para comercializar os produtos; divulgar os produtos; organizar e aumentar a produção; apoiar a melhoria da qualidade de vida das quebradeiras; melhorar a renda das mulheres; gerar trabalho para as quebradeiras e elevar a autoestima (PINDOVA, 2009, p. 07).

O MIQCB também funciona como entidade de apoio e fomento, o Fundo Babaçu, com financiamento inicial da Fundação Ford, além de assessoria técnica do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e do Fundo DEMA, um fundo que apoia a ação comunitária para proteger a Amazônia brasileira. O Fundo tem como motivação facilitar esse acesso a recursos por grupos comunitários e organizações de base e desburocratizar o acesso das comunidades e organizações locais aos recursos, segundo declarações da assessora do MIQCB, Francisca da Silva. O objetivo estratégico do Fundo Babaçu é criar polos irradiadores de conscientização ambiental e desenvolvimento sustentável pela conservação da biodiversidade nos babaçuais, visando à melhoria da qualidade de vida de comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu. E visto que o fundo é gerido pelas comunidades que o ele próprio busca atingir, isso também ajuda a capacitá-los a fim de que tenham uma voz coletiva para influenciar políticas, investimentos e direitos de acesso ao uso da terra que estejam relacionados a seus meios de subsistência.

Outra articulação do movimento financiada pelo Fundo babaçu é a organização da CIMQCB-COOPERATIVA INTERESTADUAL DAS MULHERES QUEBRADEIRAS DECOCO BABAÇU registrada em abril de 2011, para o acesso aos mercados com

seus produtos agroextrativistas. A CIMQCB está organizada em seis filiais, nos quatro estados que o movimento atua, contando com 134 associadas membros de 36 grupos produtivos que trabalham com o beneficiamento do coco babaçu elaborando produtos originários do babaçu**,** organizando as quebradeiras de coco em grupos comunitários produtivos visando a comercialização de seus subprodutos.

A participação no estado na implementação de políticas para essas mulheres está fundamentada na luta pela sobrevivência com dignidade na terra em que vivem, o que gera uma das principais lutas do movimento pela intervenção do Estado, que é a aprovação da Lei do Babaçu Livre (na esfera federal). Em 2008, a Lei estadual foi aprovada e hoje é implementada em nove municípios do Maranhão. A luta do movimento é ampliar esse debate para que mais municípios sejam contemplados com a Lei do Babaçu Livre e que a Lei federal que está tramitando no Congresso desde 1995 seja aprovada. A lei visa garantir o livre acesso e o uso comum das palmeiras de coco babaçu às quebradeiras de coco e suas famílias mesmo em áreas privadas. Os artigos estabelecem multas e punições para quem derrubar, cortar, ou envenenar os babaçuais e determina que a fiscalização também pode ser feita por entidades representativas da classe dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e das quebradeiras de coco, como o MIQCB (Projeto de Lei 231/2007)[4] .

5. CONCLUSÃO

Embora os avanços sejam significantes, ainda hoje, segundo relato das extrativistas, as ameaças são muitas, desde a interdição do acesso às palmeiras, a queima, o envenenamento das palmeiras e seus frutos, até a concorrência com a indústria. Cada região onde ocorrem os babaçuais sofre com um tipo de devastação diferente. O avanço da pecuária bovina e bubalina, de óleo vegetal e cerâmica, tem como efeitos imediatos a derrubada das palmeiras para dar lugar ao pasto. Essas trabalhadoras sofrem diversas formas de exploração e constrangimentos. Entre as situações mais recorrentes estão à interdição do acesso aos babaçuais, a cobrança

[4]As publicações "Guerra Ecológica nos Babaçuais e Nova Cartografia Social da Amazônia", elaboradas pelo antropólogo Alfredo Wagner de Almeida e sua equipe contém informações históricas e análises atuais do conflito entre quebradeiras de coco babaçu e os fazendeiros, donos das terras onde estão plantadas as palmeiras de babaçu.

por metade dos cocos coletados e a compra das amêndoas por atravessadores que revende para as indústrias de sabão e óleo, além de ameaças de morte e castigos físicos.

Essas condições fomentam importantes discussões no interior do movimento quanto à manutenção do trabalho dessas mulheres. A principal bandeira de luta das quebradeiras tem sido por terra e território, nisto focamos nossa pesquisa: nos aspectos da territorialidade enquanto dimensão de identidade das mulheres do MIQCB. Com isto, pretendemos compreender o que há em suas lutas como experiências que convergem aos esforços para garantia por melhores condições de vida para as mulheres quebradeiras. Nesse sentido a definição de território com Haesbaert (2007) aparece como algo 'semanticamente' estruturado, que define o sentimento de pertença e o sentido que imprimem como carga material e peculiar que aponte processos educativos através de como buscam lidar com as contradições e luta por esse espaço de trabalho historicamente construído por mulheres. Contestando uma ordem territorial pré-estabelecida e atentando-se as mudanças, enquanto processo de reconstrução de suas identidades, refazendo as fronteiras de suas possibilidades e espacialidades.

Há ainda um grande desafio para que o Estado participe efetivamente na garantia de direitos, através de políticas públicas para as quebradeiras de coco babaçu. Todo recurso para o desenvolvimento de capacidades, vem do Fundo babaçu e quase 60% dos recursos do fundo são dedicados ao suporte técnico e à administração. A população local está diretamente envolvida na governança do fundo e existe uma abordagem participativa para o gerenciamento de projetos; esses dois fatores aumentaram significativamente as capacidades das comunidades locais, desafiando o Estado a promover os interesses dos coletores de Babaçu. Destarte, compreendemos que o Estado tem papel fundamental na implementação políticas públicas que apontem para sustentação de projetos que atenda e garanta renda mínima a esse grupo de mulheres e se constitui um componente fundamental para garantia de direitos dessas mulheres e manutenção de uma herança cultural e de sua identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás**: guerra dos mapas. 2. ed. Belém: Seminário Consulta, 1995a.

_____. **Economia do babaçu**: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB/Balaios Typografia, 2001.

_____. **Guerra ecológica nos babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terra na Amazônia. São Luís: Lithograf, 2005.

_____. **Quebradeiras de coco babaçu**: identidade e mobilização. São Luís: MIQCB, 1995b.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu**: um estudo da organização do extrato indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências.São Luís: SIOGE, 1990.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu:** Gênero, materialismo e movimentos sociais no Maranhão. Rio de Janeiro, 2013.

BEAUVOIR**,** Simone. **O segundo Sexo**. Fatos e Mitos. Vol 1. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1981.

HAESBAERT, R. **O mito da Desterritorialização**. Do “fim dos territórios à multiterritorialidade. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE, Censo Demográfico 2010: **Sistema Nacional de Informação de Gênero** - Análise dos resultados. 2011.

KOLLONTAI, Alexandra**. A nova mulher e a nova moral sexual**. Col. Bases, n. 06. São Paulo: Global Editora, 1982.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. – São Paulo: Veras Editora, 1999. – (Série Núcleo de pesquisa; 1).

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **AS MULHERES AGROEXTRATIVISTAS DO BABAÇU:** a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. Revista Políticas Públicas. São Luis, v. 12, n. 1, p. 53-61, jan./jun. 2008.

_____. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80). **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 2, n. 2, jul./dez. 1998b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MIQCB – **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**. Nova Cartografia Social da Amazônia. Fascículo 4: Quebradeiras de coco babaçu da Baixada. São Luis, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de gênero**: o lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais, n. 2, São Paulo, 1997.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

_____. **A mulher sob o modo de produção capitalista**. Contexto, n. 1, São Paulo, 1976.

_____. **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. Critica marxista: **Quem tem medo dos esquemas Patriarcais de Pensamento?** Nº 11, Páginas 71- 75. São Paulo; Boitempo, 2000.

SOCIOBIODIVERSIDADE – PNPSB. **Relatório do WORKSHOP NACIONAL DA CADEIA DO COCO BABAÇU**. Brasília. Novembro, 2009.

TOURAINE, Alain, Wieviorka, Michel. "**A intervenção sociológica**: método de estudo dos movimentos sociais". Peralva, 1991.

TRIVIÑOS, A.N.S**. A Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.